

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAROBA

EXERCICIO DE 2023

NOTA EXPLICATIVA DO BALANÇO GERAL

1- INFORMAÇÕES GERAIS

A Prestação de Contas do Município de Indiaroba, do gestor ADINALDO DO NASCIMENTO SANTOS entidade jurídica de direito público, com inscrição no CNPJ 13.097.894/0001-21.

As informações apresentadas nos relatórios foram consolidadas constando informações dos órgãos da Administração Direta, indireta, seus fundos e Câmara Municipal, são eles:

- Câmara Municipal
- Fundo Municipal de Saúde
- Fundo Municipal de Assistência
- Prefeitura Municipal

O Município é responsável pela administração e gerenciamento dos recursos financeiros e físicos para o controle do saneamento básico, recolhimento de lixo, preservação natureza existente em seu território, pela Educação infantil e Fundamental e pela Saúde de baixa e média complexibilidade, conservação de vias e edifícios públicos municipais, e assistência a população.

2- CONFORMIDADE DAS NORMAS

As demonstrações contábeis que compõem a Prestação de Contas do Município de **INDIAROBA** foram elaboradas em observância com os dispositivos da Lei Federal nº4.320/64, da Lei Complementar 101/2000 (LRF), dos Princípios de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCTs) e a Resolução nº 353/23 do TCE/SE, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª Edição prezando pela conformidade e fidedignidade da situação financeira, orçamentária e patrimonial da entidade, as informações dispostas nos relatórios foram obtidas através do sistema de execução orçamentária, financeira e patrimonial do ente.

A contabilidade do Município adotou evidenciar como circulante, os direitos e as obrigações, com valores de realização em até o final do exercício seguinte. Os ingressos extraorçamentários e outras entradas compensatórias são considerados como circulante, independentemente do prazo de

devolução do recurso. Os demais ativos que não se enquadram no descrito acima foram registrados como não circulante.

O regime adotado é o Regime de Competência, é o regime contábil segundo o qual transações e outros eventos são reconhecidos quando ocorrem (não necessariamente quando caixa e equivalentes de caixa são recebidos ou pagos). Portanto, as transações e os eventos são registrados contabilmente e reconhecidos nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem. Os elementos reconhecidos, de acordo com o regime de competência, Secretaria do Tesouro Nacional – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 9ª Edição 486 MCASP 2022 Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público são ativos, passivos, patrimônio líquido, variações patrimoniais aumentativas e variações patrimoniais diminutivas;

Os estoques são avaliados com base no valor de aquisição/produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei nº 4.320/64;

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, o município está em elaboração de normativo para adequar-se aos prazos estabelecidos na Portaria 548/2015 para a partir de então fazer a atualização dos bens adquiridos e já existentes por ajustes de Depreciação e Amortização conforme característica do bem.

Para facilitar o entendimento aos usuários das Demonstrações Contábeis dentre eles o Controle Externo e o Controle Social está sendo utilizado gráficos e planilhas.

3- DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram atualizadas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), a finalidade das Notas Explicativas das Demonstrações Brasileiras Aplicadas ao Setor Público é apresentar informações adicionais para auxiliar os usuários na avaliação do desempenho e na administração dos seus bens, bem como auxiliá-los a tomar e avaliar decisões sobre a alocação de recursos.

- I. Balanço Orçamentário (BO);
- II. Balanço Financeiro (BF);
- III. Balanço Patrimonial (BP);
- IV. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- V. Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

4.1 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário tem a finalidade de evidenciar o confronto entre a estimativa das Despesas e as Receitas com a execução todas as receitas e despesas estão evidenciadas de acordo com o detalhamento exigido pelo TCE/SE e a STN. Considera-se como realizadas as Despesas Empenhadas e as Receitas efetivamente arrecadadas, conforme disposto no Art. 35 da 4.320/64.

As Despesas e Receitas foram estimadas através da Lei Orçamentária Anual, desse modo a Despesa fixada foi **R\$ 100.000.000,00** e a Despesa Realizada foi de **R\$ 100.288.762,53** já a Receita Prevista foi **R\$ 100.000.000,00** e a arrecadada foi de **R\$ 84.900.038,45**.

As despesas que foram empenhadas e não liquidadas até o último dia útil do exercício, foram inscritas em Restos a Pagar Não Processados. Já as empenhadas e liquidadas, mas não pagas foram inscritos em Restos a Pagar Processados em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964.

4.2 Balanço Financeiro

Balanço Financeiro contempla duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios, as receitas e despesas são evidenciadas conforme origem e aplicação das fontes de recursos e agrupados por ordinários ou vinculados. Os recursos ordinários são de livre aplicação de despesa, já os vinculados como o próprio nome sugere são tem sua aplicação vinculada a um objeto de despesa.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Balanço Financeiro evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

4.2.1 Ingressos: a receita orçamentária realizada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas; as transferências financeiras recebidas decorrentes ou independentes da execução.

4.2.2 Dispêndios: a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas; as transferências financeiras concedidas decorrentes ou independentes da execução orçamentária,

4.2.3 Receitas Orçamentária e Despesas Orçamentárias: Receitas e despesas orçamentárias ordinárias compreendem as receitas e despesas de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades. As vinculadas, são aquelas, cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

4.2.4 Transferências Financeiras: Os valores demonstrados em Transferências Financeiras demonstrados no Balanço Financeiro são correspondentes a Transferências recebidas da Prefeitura.

A Prefeitura concentra quase que a totalidade das arrecadações de outros entes e todos os recursos próprios, por isto, para a manutenção dos demais órgãos, transferiu recursos financeiros para os seguintes órgãos:

	Valores em R\$
Fundo Municipal de Saúde	9.027.017,53
Fundo Municipal de Assistência Social	3.422.474,45
Câmara Municipal (Duodécimo)	2.735.637,57
TOTAL	15.185.129,55

4.2.5 Recebimentos e Pagamentos Extra Orçamentários: Nos ingressos e dispêndios extraorçamentários, são demonstrados os saldos de valores do ativo e passivo financeiro. Nesse grupo estão os créditos e valores a curto prazo (ativo financeiro), a inscrição de restos a pagar do exercício, os depósitos restituíveis e valores vinculados, e as obrigações e consignações de exercícios anteriores (passivo financeiro).

4.3 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial (BP) é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público.

O Balanço Patrimonial está estruturado em duas seções: o “Ativo”, que representa os bens e direitos, e o “Passivo e Patrimônio Líquido”, que representam as obrigações e o Saldo Patrimonial. Sendo que o Ativo e Passivo se desdobram em contas do Circulante e Não Circulante.

O Patrimônio Líquido, que representa o Saldo Patrimonial ou a Situação Líquida Patrimonial, demonstra os valores residuais dos ativos, depois de deduzidos todos os passivos. Portanto, através do saldo positivo ou negativo, é possível avaliar a situação líquida do patrimônio público.

A Lei 4.320/64 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o Ativo e o Passivo em dois grupos: “Financeiro e Permanente”, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

No lado esquerdo é demonstrado o ativo do Município que é dividido em Ativo Circulante e Ativo Permanente. No ativo financeiro será demonstrado o saldo de caixa e banco e demais valores

de fácil conversão monetária, ou seja, de alta liquidez. O Ativo Permanente estará registrado os bens móveis e imóveis e demais valores de baixa liquidez. No lado direito estará o passivo circulante e passivo permanente. As contas do passivo financeiro representam compromissos que deverão ser honrados até o dia 31/12 do ano seguinte, já o passivo permanente são compromissos de longo prazo que deverão ser honrados em um período superior ao dia 31/12 do exercício seguinte.

O Balanço Patrimonial é composto por:

- a. Quadro Principal;
- b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c. Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- d. Quadro do Superávit / Déficit Financeiro

4.3.1 Ativo Circulante

Compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: sejam caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; sejam realizáveis no curto prazo, assim subdivididos:

a) **Caixa e Equivalentes de Caixa** - Os valores registrados nas contas do ativo Caixa e Equivalente de caixa são os saldos bancários que estão registrados de forma consolidada, ou seja, somado o saldo de todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do município. Apesar de o nome Caixa estar na nomenclatura, o Município não opera com dinheiro em espécie, todas as transações são feitas via bancos;

b) **Créditos a Curto Prazo**- Créditos à Curto Prazo Os Créditos à Curto Prazo compreendem os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa realizáveis no curso do exercício social que estão registrados de forma consolidada, ou seja, somado o saldo de todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do município.

c) **Estoque**- Compreende Bens adquirido registrado pelo valor de aquisição, não é considerado Como Ativo Financeiro devido ter atributo P, que está registrado de forma consolidada, ou seja, somado o saldo de todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do município.

4.3.2- Ativo Não Circulante

Compreende o ativo não circulante: o ativo realizável à longo prazo, os investimentos, o imobilizado e o intangível, o maior valor compreende-se a imobilizado.

- a) **Realizável a Longo Prazo-** Compreende os valores registrados da Dívida Ativa do Município.
- b) **Imobilizado-** Compreende os direitos sobre bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade e são classificados em Bens Móveis e Bens Imóveis No subgrupo Bens Móveis são registradas as máquinas, veículos, motores, aparelhos, equipamentos, móveis utensílios e demais móveis que não se caracterizam em imobilizados. O valor registrado neste grupo é. No subgrupo Bens Imóveis estão registrados os Edifícios públicos como Escolas, Unidades de Saúde, Terrenos e mais recentemente bens de uso comum do povo como: praças, pontes, ruas, sistemas de abastecimento de Energia e de água. O valor registrado neste grupo é através do seu valor histórico.
- Os valores constados no Relatório estão consolidados.

4.3.3-Passivo Circulante

O Passivo Circulante é composto pelo agrupamento dos compromissos de curto prazo, ou seja, obrigações exigíveis em até doze meses da data do encerramento do exercício a que se referem as demonstrações contábeis. Compreende as seguintes obrigações: Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar, os Empréstimos e Financiamentos, Fornecedores e Contas a Pagar, Obrigações Fiscais a Curto Prazo, Obrigações de Repartição a Outros Entes e Demais Obrigações a Curto Prazo.

a) **Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias-** Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo. Neste grupo estão registrados tanto o passivo do exercício que está se encerrando como os de exercícios anteriores (restos a pagar)

b) **Fornecedores a Pagar-** São valores lançados como restos a Pagar do Exercício e de Exercícios anteriores devidos a Fornecedores ou Prestadores de Serviços para o Município que se pretende quitar o pagamento até o final do exercício seguinte.

c) **Valores Restituíveis-** O Valor a pagar constado em Valores Restituíveis é em sua maioria correspondente ao INSS, é dívida inclusive de exercícios anteriores confessadas pelo município, mas já parcelada junto ao Ministério da Previdência Social.

4.3.4 Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante compreende os passivos exigíveis após doze meses da data do encerramento do exercício a que se refere às demonstrações contábeis. É composto pelas obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

São considerados Passivo Não Circulante as Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistência Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

No exercício foi feito a atualização da dívida previdenciária, confessando alguns débitos inclusive os previdenciários de exercícios anteriores, o que por consequência comprometeu o Resultado Patrimonial.

O Balanço Patrimonial irá mensurar o Resultado Financeiro do Ente onde será demonstrado no Quadro do Superávit/Déficit Financeiro que poderá ser deficitário ou superavitário o que é difere do Resultado patrimonial que corresponde à diferença entre o valor total da VPA e o valor total da VPD, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais do período evidenciado no Quadro os Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.

O Passivo Financeiro consiste na soma do Passivo Circulante mais os Restos a pagar Não Processados de exercícios anteriores e os inscritos no Exercício.

4.3.5- Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido compreende o valor residual dos Ativos depois de deduzidos todos os Passivos, podendo evidenciar uma Situação Patrimonial Positiva ou uma Situação Patrimonial Negativa.

4.3.6- Liquidez Corrente (Ativo Financeiro / Passivo Financeiro)

A intenção da análise desse índice é mostrar a capacidade de pagamento do município a Curto Prazo, e assim ajudá-lo no planejamento de ações evitando o seu endividamento.

Ativo Financeiro (A)	4.998.155,57
Passivo Financeiro (B)	19.079.940,33
Quociente (A/B)	0,26

Ao analisar o índice verifica-se que para cada R\$ 1,00 de dívidas a Curto Prazo, o município tem 0,26 para a sua cobertura, demonstrando então uma situação financeira desfavorável.

4.4-Demonstração das Variações Patrimoniais

A demonstração das variações patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da entidade durante o exercício e indicará o resultado patrimonial do exercício. As alterações evidenciadas serão as resultantes da execução do orçamento anual e as ocorridas independentes da execução orçamentária. O resultado patrimonial é apurado na DVP pelo confronto das variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, sendo que o resultado apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial do exercício.

4.4.1 Variações Patrimoniais Aumentativas

Temos representados os efeitos das entradas da receita no patrimônio, bem como a baixa de passivos, no caso cancelamentos de restos a pagar, bem como incorporação por novas aquisições. A análise vertical da representatividade das variações aumentativa demonstra que a receita é o principal fator que altera positivamente o patrimônio, na análise vertical aponta que receitas de impostos, taxas, contribuição de melhorias, contribuições sociais e exploração de bens, de toda a variações enquanto as transferências entre entidades do Município mais as Transferências Intergovernamentais, tais como FPM da União, ICMS e IPVA do Estado, dentre outros.

4.4.2 Variações Patrimoniais Diminutivas

Compreende o decréscimo no benefício econômico durante o período contábil sob a forma de saída de recurso ou redução de ativo ou incremento em passivo, que resulte em decréscimo do patrimônio líquido e que não seja proveniente de distribuição aos proprietários da entidade.

Nas variações diminutivas temos representadas os efeitos da saída por causa de despesas no patrimônio, bem com a redução do ativo, por alienações, provisões e redução a valores recuperáveis de investimentos. Também tem o aumento do passivo a longo prazo em virtude de dívida fundada, tanto com novas inclusões, mas também com atualizações da dívida. A análise vertical da representatividade das variações diminutiva demonstra que as despesas com pessoal e encargos, benefícios previdenciários e assistências, com serviços, aquisição de bens e pagamentos de juros da dívida.

DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período do exercício, como também foram elaboradas atendendo a Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, conforme exigências do Tribunal de Contas de Sergipe, TCE/SE.

VIRGILIO DE OLIVEIRA LIMA NETO
CONTADOR CRC/SE 6.076



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE INDIAROBA**

= BALANÇO GERAL 2023 =

NOTA EXPLICATIVA

GASTOS COM PESSOAL NO EXERCÍCIO

Esclarecemos que para o correto cálculo de gastos com pessoal do Município de Indiaroba deverão ser levadas em consideração as seguintes determinações:

1. Exclusão dos gastos com pessoal que foram custeados com recursos de programas do Governo Federal repassados para programas da Saúde e da Assistência Social, em atendimento as Resoluções TCE/SE 320 e 321.

Assim, considerando as determinações do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Sergipe e o disposto nos arts. 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, informamos que a Prefeitura de Indiaroba cumpriu rigorosamente o determinado na legislação, conforme demonstrado no quadro abaixo:

CÁLCULO COM PESSOAL CONFORME RESOLUÇÃO 320 E 321	
Receita Corrente Líquida (RCL)	81.800.656,20
DESPESA COM PESSOAL BRUTA	61.676.923,26
(-) Sentenças Judiciais	744.300,73
(-) Despesa Exercício Anterior	4.643.962,94
(-) Indenizações e Restituições	0,00
(-) Despesa com Pessoal dos Recursos Federal da Saúde	8.357.928,79
(-) Despesa com Pessoal dos Recursos Federal da Assistência Social	237.171,27
DESPESA COM PESSOAL LÍQUIDA	47.693.559,53
PERCENTUAL APLICADO	58,30%

Indiaroba, 31 de dezembro de 2023

VIRGILIO DE OLIVEIRA LIMA NETO
CONTADOR CRC/SE 6.076